

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Política de Propriedade Intelectual
das Instituições Científicas e
Tecnológicas do Brasil

Relatório
FORMICT
2011

2012

Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil



**Relatório
FORMICT
2011**

Brasília - 2012

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antonio Raupp

Secretário Executivo
Luiz Antonio Rodrigues Elias

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Alvaro Toubes Prata



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

**Política de Propriedade Intelectual
das Instituições Científicas e
Tecnológicas do Brasil**

Relatório
FORMICT
2011

Organizado por:

Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães

Brasília - 2012

© Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Organização: Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães

Capa: Gabriel Pedruco de Campos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823p Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Política de propriedade intelectual das instituições científicas e tecnológicas do Brasil: relatório Formict 2011/ Organização de Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães. – Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012.

44 p. : il.

1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação I. Formict II. Magalhães, Fernanda Vanessa Mascarenhas III. Título

CDU 347.77(062.535)

Endereço:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, sala 386
CEP: 70067-900, Brasília – DF, Brasil

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI) tem como missão principal a formulação e a implementação de políticas públicas na área de ciência, tecnologia e inovação orientadas para o desenvolvimento tecnológico das empresas. Visando cumprir este propósito, um dos principais desafios atuais é de ampliar o modelo de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e o setor industrial.

O Brasil possui uma produção científica relevante, no entanto o conhecimento não é completamente dominado e utilizado pela indústria. Parte significativa da pesquisa no Brasil é feita nas instituições científicas e tecnológicas, cuja dinâmica muitas vezes difere daquela do setor privado. A Lei de Inovação e uma série de instrumentos governamentais foram pensados para melhorar este quadro, de forma a aprimorar a interação entre os atores, para que eles dialoguem de forma efetiva e trabalhem em conjunto.

A contribuição das instituições científicas e tecnológicas para o desenvolvimento tecnológico tem sido visível por vários indicadores, como patentes e contratos de tecnologia, mas o potencial de conhecimento e recursos humanos que o país foi capaz de gerar e formar ao longo das últimas décadas ainda pode ser melhor aproveitado no campo tecnológico. É também fundamental que o setor industrial tenha um papel protagonista nas inovações tecnológicas e que as instituições científicas e tecnológicas estejam prontas para aceitar o desafio de serem parceiras neste processo.

Neste sentido, conhecer os avanços e as dificuldades enfrentadas pelas instituições científicas e tecnológicas por meio dos dados fornecidos no Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (FORMICT) permite que as políticas possam ser pensadas de forma a melhorar os pontos positivos e corrigir as fragilidades. Assim, é importante que todas as instituições prestem as informações requeridas para que o diagnóstico seja preciso e que se possa avançar na melhoria dos nossos indicadores.

Alvaro Toubes Prata

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

TABELAS

- Tabela 1 – Distribuição de ICT por natureza jurídica
- Tabela 2 – Distribuição de ICT por perfil
- Tabela 3 – Distribuição de ICT por região
- Tabela 4 – Implementação da Política de Inovação
- Tabela 5 – Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional
- Tabela 6 – Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional
- Tabela 7 – Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano base 2011
- Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país
- Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país
- Tabela 10 – Tipos de pedidos de proteção requeridas
- Tabela 11 – Tipos de proteções requeridas x setor econômico
- Tabela 12 – Tipos de proteções concedidas x setor econômico
- Tabela 13 – Cotitularidade das proteções
- Tabela 14 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto
- Tabela 15 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade
- Tabela 16 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2011

GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distribuição de ICT por região
- Gráfico 2 – Atividades da Política de Inovação
- Gráfico 3 – Estágio de Implementação do NIT
- Gráfico 4 – Perfil das Instituições com NIT em implementação e não implementado
- Gráfico 5 – Compartilhamento do NIT
- Gráfico 6 – Implementação das atividades essenciais dos NIT
- Gráfico 7 – Implementação das atividades complementares dos NIT
- Gráfico 8 – Perfil das ICT com pedido de proteção no ano base 2011
- Gráfico 9 – Índice de proteção por tipo de instituição
- Gráfico 10 – Distribuição das proteções requeridas no setor indústrias de transformação
- Gráfico 11 – Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia
- Gráfico 12 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia
- Gráfico 13 – Montante dos contratos de tecnologia firmados em 2011
- Gráfico 14 – Comparativo do quantitativo de ICT que responderam o FORMICT
- Gráfico 15 – Comparativo da distribuição de ICT por região
- Gráfico 16 – Comparativo do estágio de implementação dos NIT
- Gráfico 17 – Comparativo da implementação da política de inovação
- Gráfico 18 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção
- Gráfico 19 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção
- Gráfico 20 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia

1. INTRODUÇÃO	8
2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	9
3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	11
4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	13
4.1 Estágio de Implementação do NIT	13
4.2 Compartilhamento do NIT	15
4.3 Recursos Humanos do NIT	16
4.4 Atividades do NIT	17
5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	20
5.1 Instituições com Pedidos de Proteção	20
5.2 Análise dos Pedidos de Proteção	22
6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA	28
6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia	28
6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia	29
6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia	32
7. ANÁLISE COMPARATIVA 2009/2010/2011	33
8. CONCLUSÃO	37
APÊNDICE	38

1. Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados relativos ao ano base 2011 fornecidos pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (FORMICT).

O formulário eletrônico, disponível na página www.mct.gov.br/formict, deve ser preenchido anualmente pelas ICT por determinação da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), que estabelece no artigo 17 que as ICT deverão enviar ao MCTI informações sobre sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Em 2012, o formulário esteve disponível para preenchimento de 03/02/2012 a 11/04/2012.

Para fins da Lei de Inovação, são consideradas ICT os órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. Embora não exista obrigatoriedade na Lei de Inovação para que instituições privadas apresentem informações, o cadastro voluntário por estas instituições integra a base de dados do MCTI e faz parte deste relatório.

No ano base 2011, o formulário foi preenchido por 176 instituições. A Figura 1 apresenta a sigla das instituições que preencheram o FORMICT e os seus respectivos estados. A lista nominal destas instituições encontra-se no Apêndice.

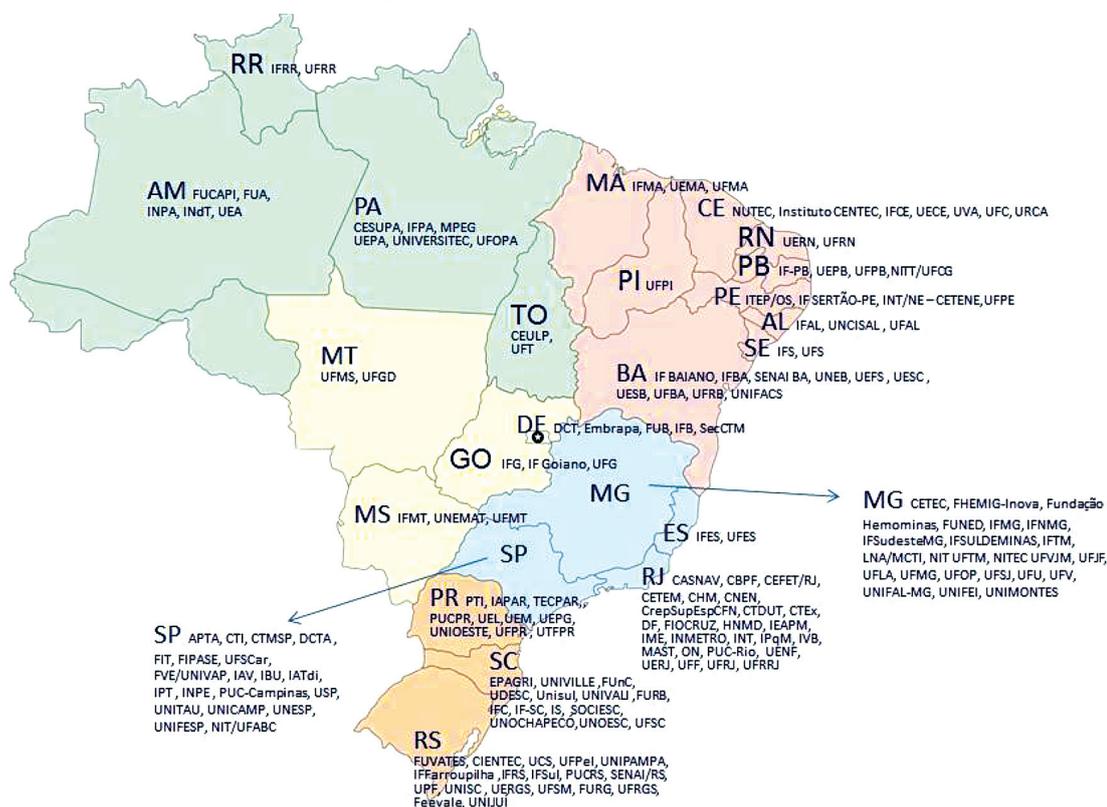


Figura 1 – Distribuição de ICT por estado
Fonte: FORMICT/MCTI

2. Características das Instituições Científicas e Tecnológicas

Das 176 instituições que preencheram o FORMICT, 145 apresentaram-se como instituições públicas e 31 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 57,4% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 22,2%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 2,8%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 82,4% e o de instituições privadas, 17,6%.

Natureza da Instituição	Quantidade	%
Privada	31	17,6
Pública	145	82,4
Federal	101	57,4
Estadual	39	22,2
Municipal	05	2,8

Tabela 1 – Distribuição de ICT por natureza jurídica
Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação aos perfis de ICT que preencheram o formulário, verificou-se que as *Universidades Federais* apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (26,7%), seguidas pelos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (14,2%), pelas *Instituições de Ensino Superior Estaduais* (13,1%) e pelos *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos* (10,2%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 10%.

PERFIL	Quantidade	%
Universidades Federais	47	26,7
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	25	14,2
Instituições de Ensino Superior Estaduais	23	13,1
Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos	18	10,2
Universidades e Centros Universitários Comunitários	13	7,4
Unidades de Pesquisa do MCTI	10	5,7
Fundações de Direito Público ou Privado	9	5,1
Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados	9	5,1
Universidades e Centros Universitários Privados	7	4,0
Centro de Educação Tecnológica	2	1,1
Outros possíveis	13	7,4
Total	176	100

Tabela 2 – Distribuição de ICT por perfil
Fonte: FORMICT/MCTI

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 43,4% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 17,9% informaram a região Sul, e 22,0% informaram a região Nordeste. Localizadas na região Centro-Oeste e Norte, apenas 8,9% e 7,5% respectivamente.

Em relação às instituições privadas, diferentemente das públicas, um número significativo informou sua localização na região Sul, correspondendo a 51,6%, já as localizadas na região Sudeste correspondem a 22,5%, na região Nordeste e na região Norte 12,9% e nenhuma na região Centro-Oeste, conforme demonstra a Tabela 3.

Distribuição de ICT por Região				
Região	Pública	%	Privada	%
Sudeste	63	43,4	7	22,6
Sul	26	17,9	16	51,6
Centro-Oeste	13	9,09	0	0,0
Norte	11	7,6	4	12,9
Nordeste	32	22,1	4	12,9
Total	145	100	31	100

Tabela 3 – Distribuição de ICT por região
 Fonte: FORMICT/MCTI

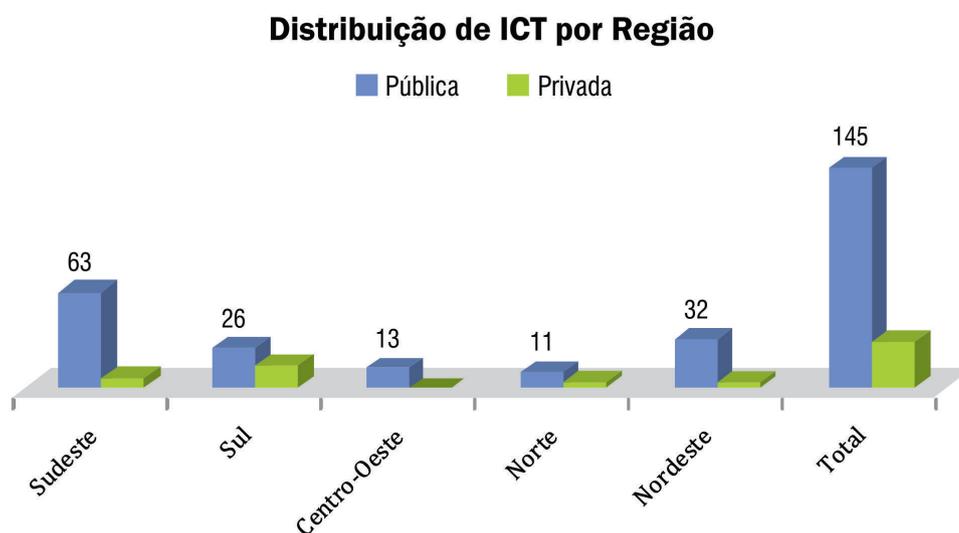


Gráfico 1 – Distribuição de ICT por região
 Fonte: FORMICT/MCTI

3. Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

No que diz respeito à existência de uma política da inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 71% das instituições públicas e 74,2% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada.

Política de inovação implementada	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	103	71,0	23	74,2	126	71,6
Não	42	29,0	08	25,8	50	28,4
Total	145	100	31	100	176	100

Tabela 4 – Implementação da Política de Inovação
Fonte: FORMICT/MCTI

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que “Desenvolvimento de projetos de cooperação com terceiros”, “Confidencialidade” e “Acordos de Parcerias” foram as atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram “Licença sem remuneração para o pesquisador constituir empresa”, “Afastamento para prestar colaboração a outra ICT” e “Cessão de direitos sobre a criação para que o criador os exerça em seu nome”, conforme demonstra o Gráfico 2.

Atividades da Política de Inovação

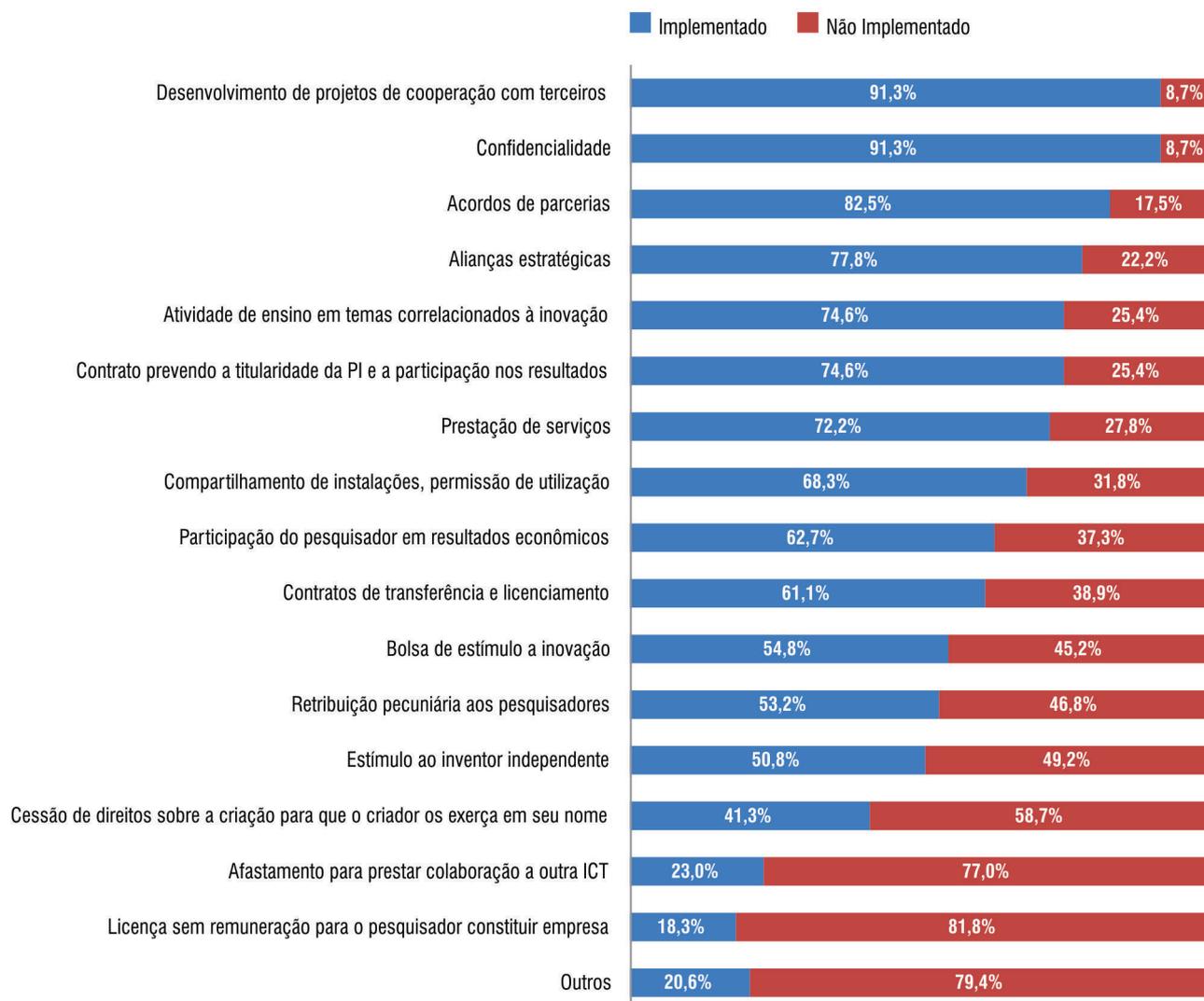


Gráfico 2 – Atividades da Política de Inovação
 Fonte: FORMICT/MCTI

4. Núcleos de Inovação Tecnológica

Conforme estabelecido pelo Art. 16 da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

- I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

4.1 Estágio de Implementação do NIT

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NIT, verificou-se que 98 instituições públicas (67,5%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 06 instituições públicas (4,1%) informaram que o NIT não está implementado e 41 instituições públicas (28,2%) informaram que esta em fase de implementação.

Por parte das instituições privadas, 18 instituições privadas (58%) informaram que possuem o NIT implementado, 05 instituições privadas (16,1%) não possuem NIT Implementado e 08 instituições (25,8%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação.

No cômputo geral, verificou-se que 116 instituições (65,9%), sejam estas públicas ou privadas, informaram que seus NIT estão implementados, 49 instituições (27,8%) informaram que o NIT estão em fase de implementação e 11 (6,2%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Estágio de Implementação do NIT

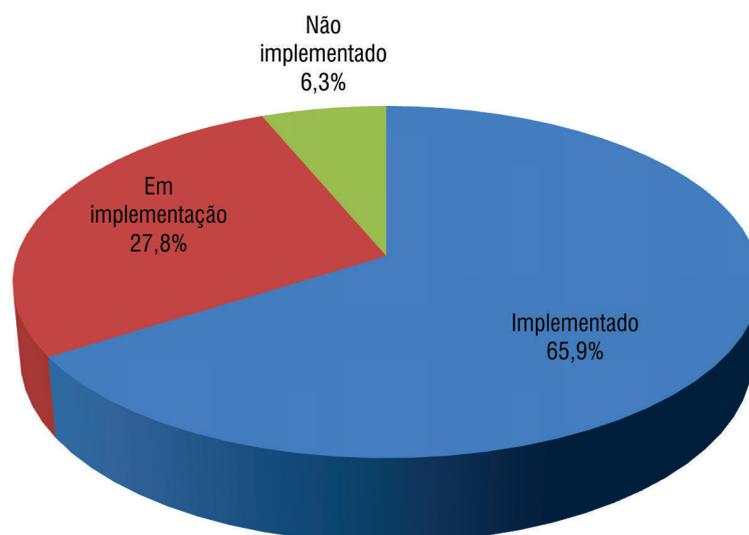


Gráfico 3 – Estágio de Implementação do NIT
Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação às 60 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado, verificou-se o seguinte perfil: 11 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 09 Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC, 08 Instituições de Ensino Superior Estaduais, 06 Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados, 05 Institutos de Pesquisa Tecnológica Público, 05 Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP, 03 Universidades e Centros Universitários Comunitários, 03 Universidades e Centros Universitários Privados, 02 Fundações de Direito Público ou Privado, 01 Centro de Educação Tecnológica e 07 Outros.

Perfil das Instituições com NIT em implementação e não implementado

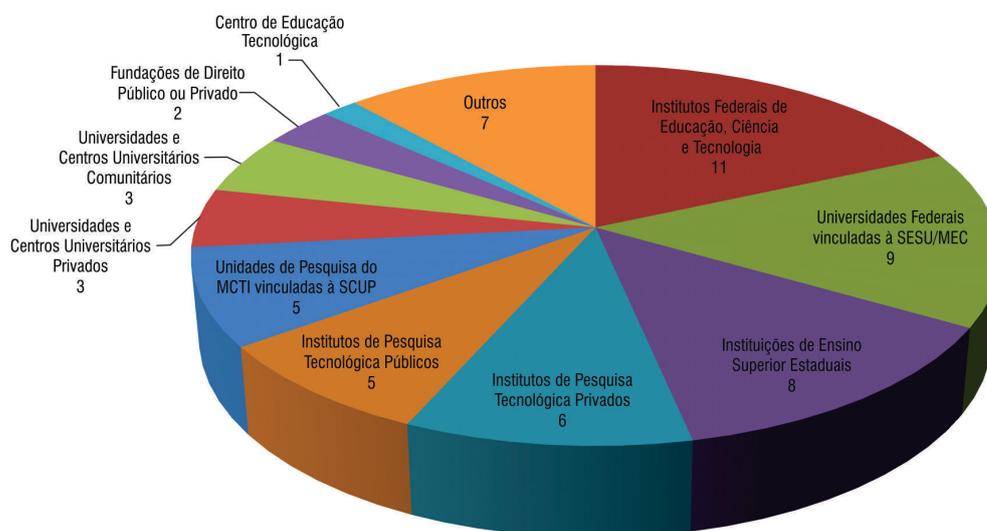


Gráfico 4 – Perfil das Instituições com NIT em implementação e não implementado
Fonte: FORMICT/MCTI

4.2 Compartilhamento do NIT

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 120 instituições públicas (86,3%) informaram que o NIT é exclusivo e 19 instituições públicas informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições (13,6%). Apenas 01 instituição privada (3,8%) informou que o NIT é compartilhado e 25 instituições privadas informaram que o NIT é exclusivo (96,1%).

No total, verificou-se que 145 instituições (87,8%), sejam estas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo, 20 instituições (12,1%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Os seguintes NIT compartilhados foram citados pelas ICT:

- NIT-RIO: Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Observatório Nacional (ON), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

- NIT Amazônia Oriental: Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), EMBRAPA Amazônia Oriental, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

- NIT Mantiqueira: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Associação Brasileira de Luz Síncrotron (ABTLuS), Centro de Tecnologia Werrher von Braun, Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE).

- NIT-MB: Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (Secctm); Hospital Naval Marcílio Dias, Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do CFN.

- NIT-DCTA: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Estudos Avançados (IEAv), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG).

NIT Exclusivo/Compartilhado

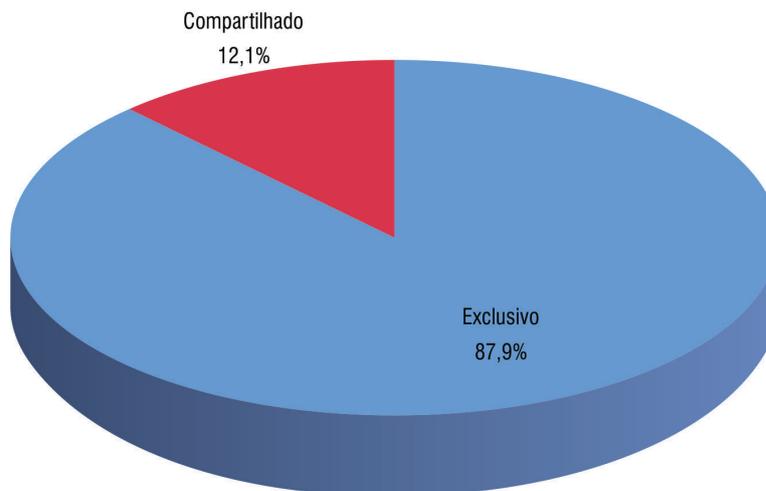


Gráfico 5 – Compartilhamento do NIT
Fonte: FORMICT/MCTI

4.3 Recursos Humanos do NIT

Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NIT, verificou-se o total de 1400 profissionais atuantes nos Núcleos, sendo que 51,8% são servidores e funcionários, os bolsistas representam 25,1%, os terceirizados correspondem a 9,7%, os estagiários representam 9,4% e outros representam 3,9% dos profissionais.

FUNÇÃO - NIT	Quantitativo	%
Servidores/Funcionários	725	51,8
Bolsistas	352	25,1
Terceirizados	136	9,7
Estagiários	132	9,4
Outros	55	3,9
Total	1400	100

Tabela 5 – Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional
Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação à formação dos profissionais que atuam no NIT, verificou-se que engenheiros, físicos e químicos representam 23,4%, administradores e economistas representam 18,3%, profissionais com formação jurídica representam 12,9%, os biólogos representam 6,5%, os profissionais de comunicação social representam 4,5% e outras formações representam 35,1%.

FORMAÇÃO – NIT	Quantitativo	%
Engenharia, Química, Física	317	23,4
Administração/Economia	256	18,3
Direito	181	12,9
Ciências Biológicas	91	6,5
Comunicação Social	63	4,5
Outros	492	35,1
Total	1400	100

Tabela 6 – Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional
Fonte: FORMICT/MCTI

4.4 Atividades do NIT

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

- I - Essenciais (conforme o parágrafo único do art. 16 da Lei de Inovação);
- II - Complementares.

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilaram entre 44,2% e 72,7%, destas, as que tiveram maiores índices de implementação foram:

- acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (72,7%);
- opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (72,1%);
- zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (68,5%).

Atividades Essenciais do NIT

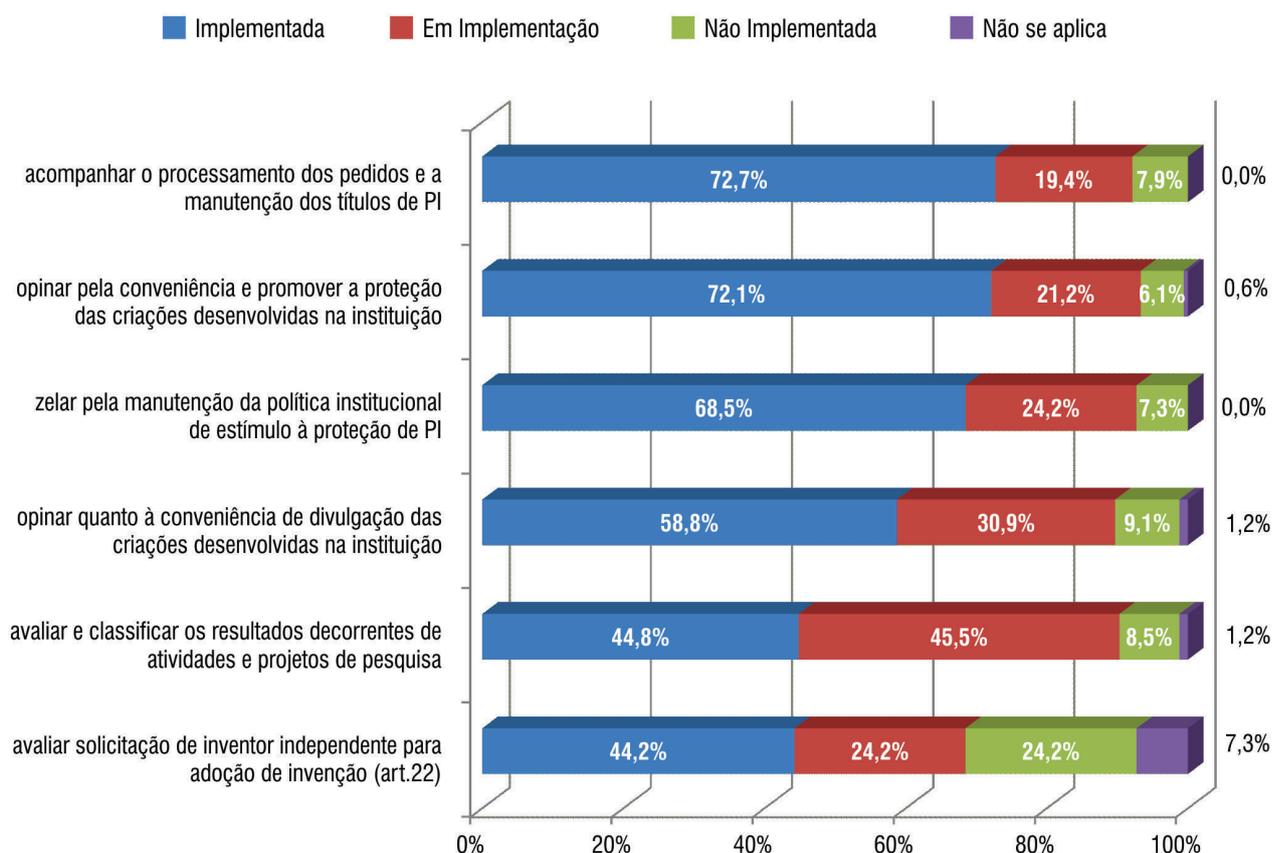


Gráfico 6 – Implementação das atividades essenciais dos NIT

Fonte: FORMICT/MCTI

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 7,3% e 65,5%, destas, as atividades que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Política de Confidencialidade (65,5%);
- Eventos (63,6%);
- Orientação aos pesquisadores (58,2%);
- Documentos Padronizados (55,8%);
- Capacitação realizada pelo NIT (57%).

As atividades complementares que tiveram menores índices de implementação foram:

- Inovação em marketing (7,3%);
- Avaliação econômica dos inventos (15,2%);
- Valoração de tecnologia (15,8%);
- Inovação organizacional (18,8%);
- Cadastro de oferta e demanda (21,2%).

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em desenvolvimento” das atividades mencionadas abaixo:

- Cadastro de oferta e demanda (47,9%);
- Avaliação econômica dos inventos (46,1%).

Em relação à opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades abaixo apresentaram maiores índices neste quesito:

- Inovação em marketing (6,6%);
- Inovação social (6,1%).

Atividades Complementares

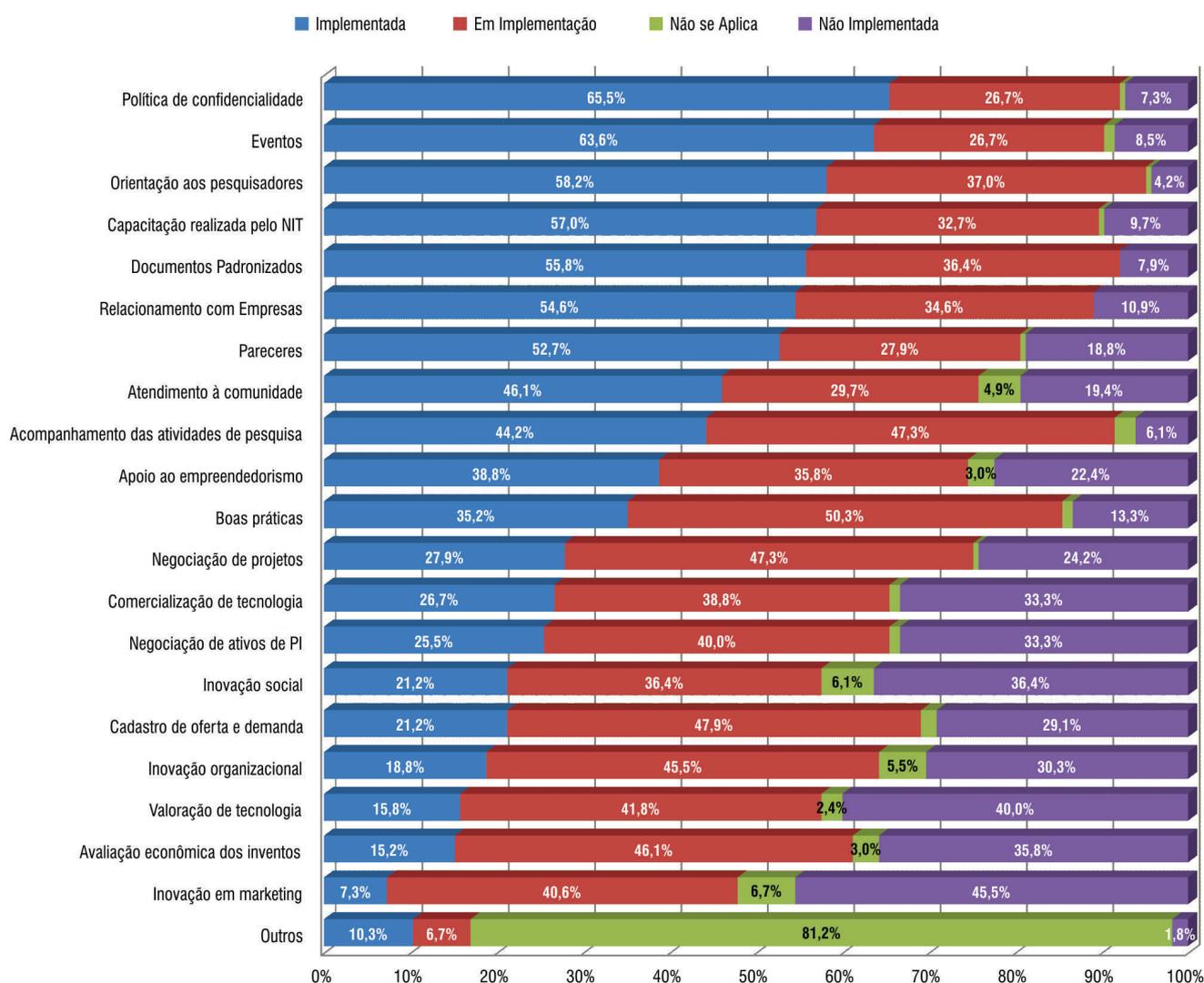


Gráfico 7 – Implementação das atividades complementares dos NIT

Fonte: FORMICT/MCTI

5. Proteções de Propriedade Intelectual

A proteção da propriedade intelectual das ICT é estimulada pela Lei de Inovação como forma de incrementar a produção tecnológica nestas instituições, bem como permitir um maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

5.1 Instituições com Pedidos de Proteção

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 70,3% (102 Instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano base de 2011, outros 29,6% (43 Instituições) informaram que não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 41,9% (13 Instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 58,1% (186 Instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano base 2011.

Possui Pedido de Proteção	Público	%	Privado	%	Total	%
Sim	102	70,3	13	41,9	115	65,3
Não	43	29,6	18	58,1	61	34,6
Total	145	100	31	100	176	100

Tabela 7 – Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano base 2011
Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação às 61 instituições que não possuem pedido de proteção requeridos ou concedidos no ano base 2011, verificou-se o seguinte perfil: 02 Centros de Educação Tecnológica, 09 Universidades e Centros Universitários Comunitários, 04 Universidades e Centros Universitários Privados, 06 Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados, 12 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 06 Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos, 07 Instituições de Ensino Superior Estaduais, 03 Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP, 02 Fundações de Direito Público ou Privado, 05 Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC e 05 Outros.

Possui Pedido de Proteção

■ Não tem pedido ■ Tem pedido

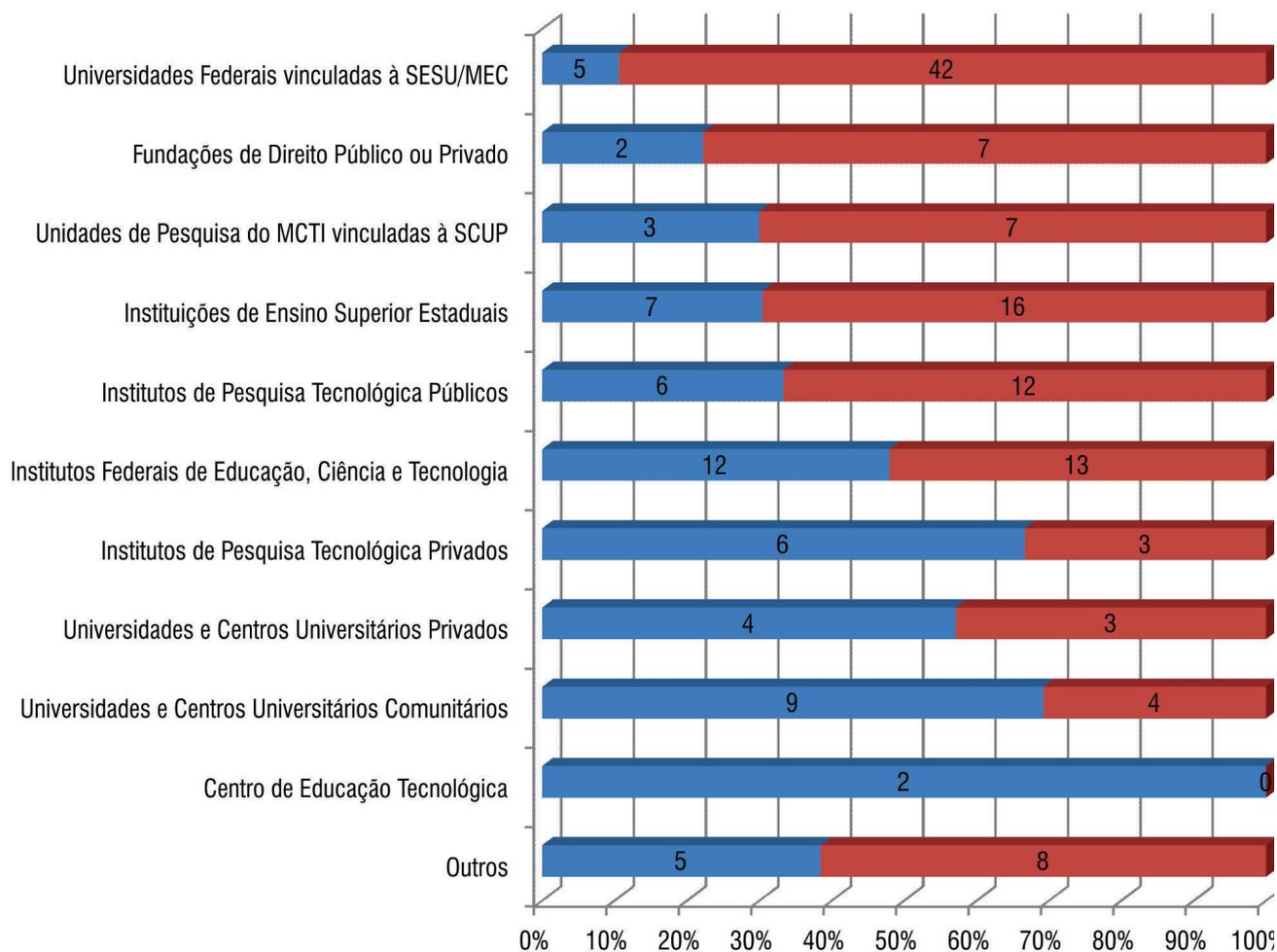


Gráfico 8 – Perfil das ICT com pedido de proteção no ano base 2011
Fonte: FORMICT/MCTI

Conforme informações recebidas por meio do FORMICT, verificou-se que 99 instituições públicas foram responsáveis pelo total de 1448 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que 13 instituições foram responsáveis pelo total de 147 pedidos de proteção requeridos, totalizando 1595 pedidos de proteção requeridos.

De posse das informações comentadas acima, buscou-se trabalhar com um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção e o quantitativo das instituições (com pedidos de proteção requerida), conforme apresentado na fórmula abaixo:

$$\frac{\Sigma \text{ Qtd pedidos de proteção requerida}}{\Sigma \text{ Qtd. instituições com pedidos de proteção requerida}}$$

Por meio deste indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 11,3 pedidos de proteção requeridos por instituição (147/13 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições públicas apresentaram o índice de 14,6 pedidos de proteção requeridos por instituição (1448/99 instituições com pedidos de proteção requeridos), conforme demonstra o Gráfico 9.

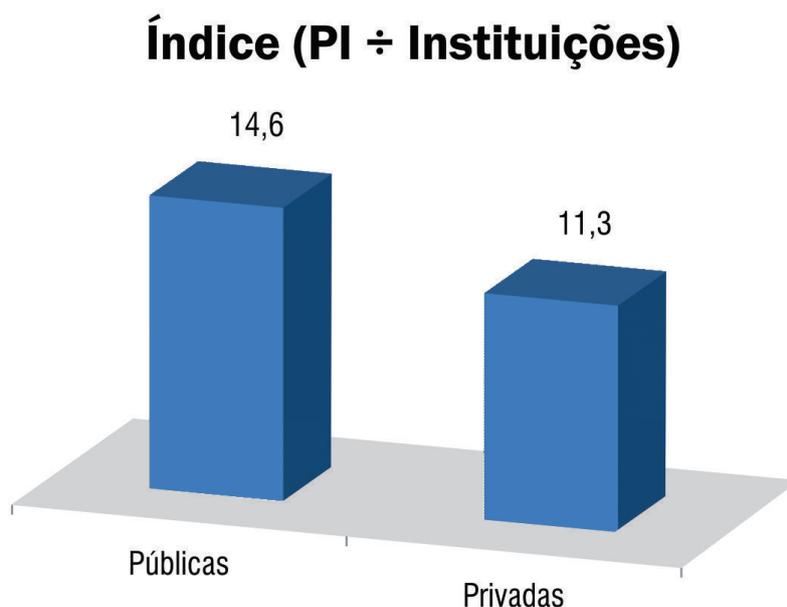


Gráfico 9 – Índice de proteção por tipo de instituição
Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação às proteções concedidas, 31 instituições públicas tiveram 153 pedidos de proteção concedidos em 2011 e 07 instituições privadas obtiveram 55 pedidos concedidos, totalizando 208 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

5.2 Análise dos Pedidos de Proteção

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam estas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 92,6% de seus pedidos de proteções requeridas ocorreram no Brasil, apenas 7% dos pedidos de proteções requeridas ocorreram no exterior e 0,3% em ambos (Brasil e exterior).

Em relação às Instituições Privadas, 83% dos pedidos das Instituições Privadas ocorreram no Brasil; 17% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 8.

Proteções Requeridas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1341	92,6	122	83,0	1463	91,7
Exterior	102	7,0	25	17,0	127	8,0
Brasil/Exterior	05	0,3	0	0,00	05	0,3
TOTAL	1448	100	147	100	1595	100

Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país
Fonte: FORMICT/MCTI

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 94,8% de seus pedidos de proteções concedidos ocorreram no Brasil, apenas 3,9% dos pedidos de proteções concedidos ocorreram no exterior e 1,3% em ambos (Brasil e exterior).

No referente às instituições privadas, 80% dos pedidos foram concedidos no Brasil; 20% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

No total, 90,9% destes foram concedidos no Brasil, 8,2% foram concedidos no exterior e 1% em ambos.

Proteções Concedidas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	145	94,8	44	80,0	189	90,9
Exterior	06	3,9	11	20,0	17	8,2
Brasil/Exterior	02	1,3	0	0,0	02	1,0
TOTAL	153	100	55	100	208	100

Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país
Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1135 são patentes de invenção, 129 são relativos a programa de computador, 66 são de modelo de utilidade, 62 são de proteção de cultivar, 36 de são desenho industrial, 06 são de direito autoral e 13 correspondem a outros tipos de proteção.

TIPO DE PEDIDO	Qde
Patente de Invenção	1135
Registro de Marca	148
Programa de Computador	129
Modelo de Utilidade	66
Proteção de Cultivar	62
Desenho Industrial	36
Direito Autoral	6
Outros	13
TOTAL	1595

Tabela 10 – Tipos de pedidos de proteção requeridas
Fonte: FORMICT/MCTI

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para este último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PROTEÇÕES REQUERIDAS												
SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	11	6	109 (109 ÷ 1595) 6,8%	3	0	62	15	0	0	0	0	2
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	36	19	597 (597 ÷ 1595) 37,4%	12	0	0	5	0	0	0	0	4
ELETRICIDADE E GÁS	0	0	29	4	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	5	0	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	0	3	11	2	0	0	0	0	0	0	0	1
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	2	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	2	11	0	0	0	2	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	18	49	0	0	29	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	2	0	142 (142 ÷ 1595) 8,9%	21	0	0	30	1	0	0	4	5
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	3	0	0	2	1	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	2	0	10	3	0	0	10	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	1	3	1	7	0	0	35	0	0	0	2	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	3	0	115 (115 ÷ 1595) 7,2%	19	0	0	6	1	0	0	0	1
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	2	3	1	0	0	6	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	1	1	3	0	0	5	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	66	36	1135 (1135 ÷ 1595) 71,2%	129	0	62	145	3	0	0	6	13

MU – Modelo de Utilidade
DI – Desenho Industrial
PI – Patente de Invenção
PC – Programa de Computador

TCI – Top. Circuitos Integrados
CPC – Cert. Proteção de Cultivar
RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços
RMCo – Reg. Marca Coletiva

RMCe – Reg. de Marca de Certificação
RIG – Reg. Indicação Geográfica
RDA – Reg. Direitos Autorais
OU – Outros

Tabela 11 – Tipos de proteções requeridas x setor econômico
Fonte: FORMICT/MCTI

Dentre os resultados identificados na análise das Proteções Requeridas, cabe mencionar o número expressivo de Patentes de Invenção, estes corresponderam a 1135 pedidos, o que representa 71,2% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram: Indústria de Transformação 37,4% (597 pedidos), Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas 8,9% (142 pedidos), Saúde Humana e Serviços Sociais 7,2% (115 pedidos) e Agricultura, Pecuárias, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura 6,8% (109 pedidos).

Das proteções requeridas no setor Indústrias de Transformação, destacam-se: Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos 11,7% (187 pedidos), Fabricação de Produtos Químicos 6,8% (108 pedidos), Fabricação de Produtos Diversos 3,8% (61 pedidos), Fabricação de Máquinas e Equipamentos 3,4% (55 pedidos), Fabricação de Produtos Alimentícios 3,2% (51 pedidos), conforme demonstra o Gráfico 10.

Proteções Requeridas no Setor Indústrias de Transformação

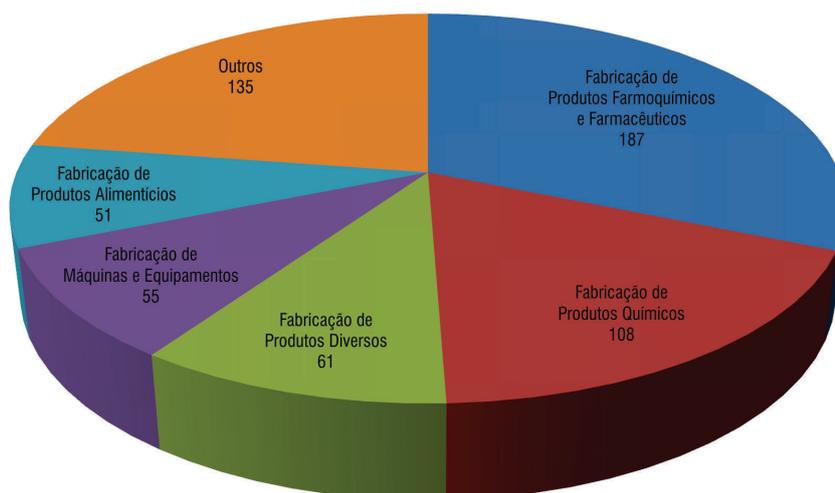


Gráfico 10 – Distribuição das proteções requeridas no setor Indústrias de Transformação
Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação às Proteções Concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi Programas de Computador com aplicação nos setores de Informação e Comunicação, estes representaram 15,4% do total (32 proteções concedidas). Em relação às Patentes de Invenção com aplicação na Indústria de Transformação, verificou-se que estes representaram 9,6% do total, valor bem abaixo dos pedidos de proteções requeridos.

Verificou-se uma incidência significativa dos pedidos de Registro de Marca de Produtos e Serviços, representando 25% do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústrias de Transformação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e Outros.

PROTEÇÕES CONCEDIDAS												
SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCÁ E AQUICULTURA	0	1	0	6	0	45 (45 ÷ 208) (21,6%)	6	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	1	4	20 (20 ÷ 208) (9,6%)	1	0	0	4	0	0	0	0	0
ELETRICIDADE E GÁS	1	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	0	32 (32 ÷ 208) (15,4%)	0	0	11	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1	0	3	6	0	0	13	0	0	0	0	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	0	2	0	9	0	0	10	0	0	0	2	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	2	0	4	4	0	0	2	0	0	0	0	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	10	35	59 (59 ÷ 208) 28,4%	0	45	52 (52 ÷ 208) 25%	0	0	0	2	0

MU – Modelo de Utilidade
 DI – Desenho Industrial
 PI – Patente de Invenção
 PC – Programa de Computador
 TCI – Top. Circuitos Integrados
 CPC – Cert. Proteção de Cultivar
 RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços
 RMCo – Reg. Marca Coletiva
 RMCe – Reg. de Marca de Certificação
 RIG – Reg. Indicação Geográfica
 RDA – Reg. Direitos Autorais
 OU – Outros

Tabela 12 – Tipos de proteções concedidas x setor econômico
 Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que estes representaram 69,4% das proteções requeridas e 79,3% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 30,6% das proteções requeridas e 20,7% das proteções concedidas.

Proteções	Requerida						Concedida					
	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total	%
Com Cotitularidade	464	32,0	24	16,3	488	30,6	42	27,5	01	1,8	43	20,7
Sem Cotitularidade	984	68,0	123	83,7	1107	69,4	111	72,5	54	98,2	165	79,3
Total	1448	100	147	100	1595	100	153	100	55	100	208	100

Tabela 13 – Cotitularidade das proteções
Fonte: FORMICT/MCTI

6. Contratos de Tecnologia

O Art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICT constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nestas instituições, que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia, o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e por fim o pagamento de royalties ou prêmios para a ICT.

6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia

De acordo com as informações recebidas por meio do FORMICT, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 34 instituições informaram possuir contratos firmados em 2011, sendo 28 instituições públicas e 06 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2011, 117 são instituições públicas e 25 são instituições privadas, totalizando 142 instituições.

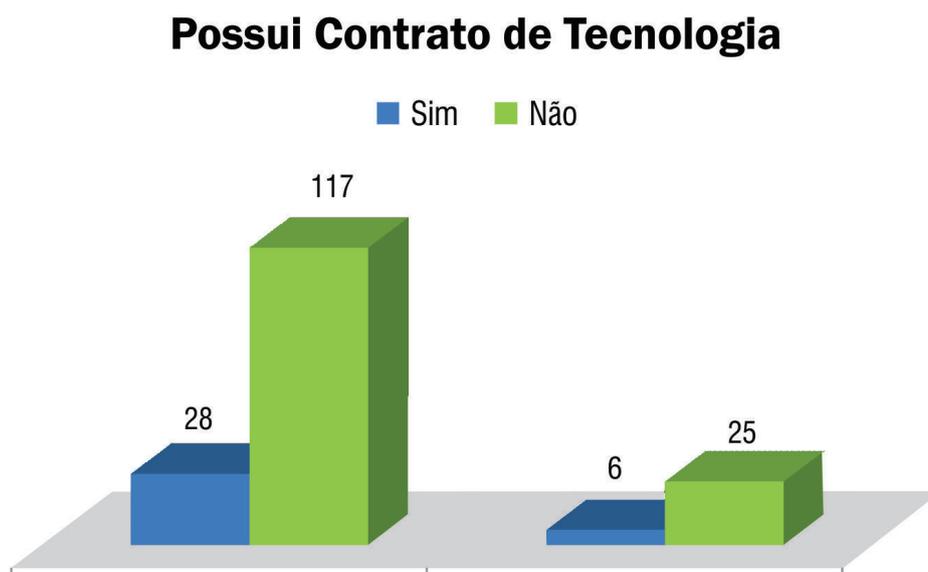


Gráfico 11 – Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia.
Fonte: FORMICT/MCTI

Das 34 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada pelas Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC, sendo 13 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por: 05 Instituições de Ensino Superior Estaduais, 04 Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados, 03 Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos, 03 Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP, 02 Universidades e Centros Universitários Comunitários, 01 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 01 Universidade ou Centros Universitário Privado e 02 Outros.

Instituições com Contrato de Tecnologia

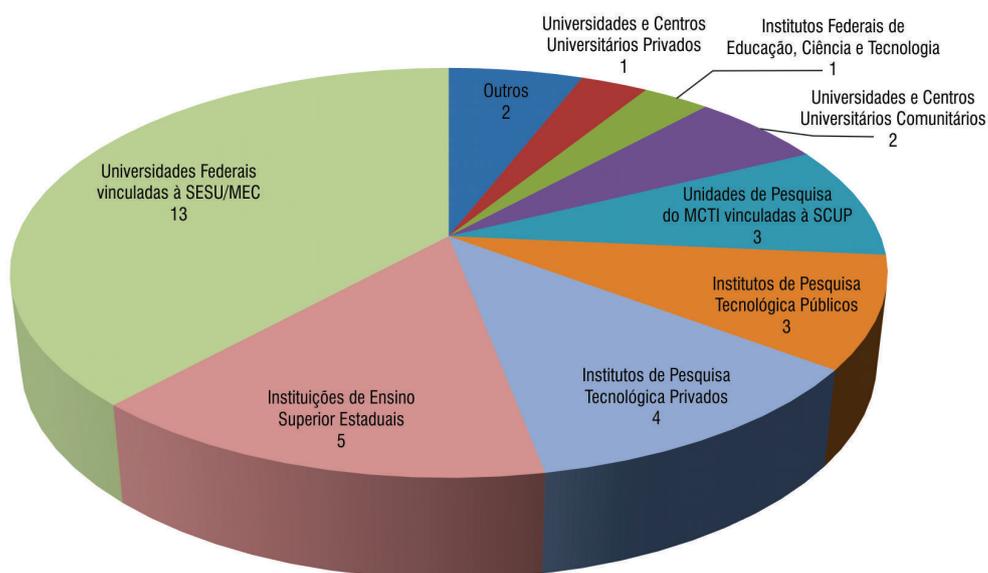


Gráfico 12 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia.
Fonte: FORMICT/MCTI

6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia

Foram contabilizados 1748 Contratos de Tecnologia, sendo 67,6% *Contratos de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*, 7,8% *Contratos de Transferência de Tecnologia*, 7% *Contratos ou convênios de transferência de tecnologia ou de resultados da P&D*, 4,8% *Acordos de Transferência de Material Biológico*, 4,4% *Contratos de Cotitularidade*, 2,2% *Contratos de Transferência de Know How*, 1,9% *Contratos para Exploração/Licenciamento de Patente*, 0,9% *Contratos ou convênios de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação*, 0,7% *Contratos ou convênios de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa*, e 2,8% *Outros*.

Objeto	Quantidade	%
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual	1182	67,6
Contrato de Transferência de Tecnologia	137	7,8
Contrato ou convênio de transferência de tecnologia ou de resultados da P&D	123	7,0
Acordo de Transferência de Material Biológico	83	4,8
Contrato de Cotitularidade	77	4,4
Contrato de Transferência de Know How	38	2,2
Contrato para Exploração/Licenciamento de Patente	33	1,9
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação	15	0,9
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa	12	0,7
Outros	48	2,8
TOTAL	1748	100

Tabela 14 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto
Fonte: FORMICT/MCTI

As instituições públicas foram responsáveis por 1584 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT possa negociar a mesma tecnologia com outras empresas, 85 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção, e 27 contratos *Com Exclusividade*. As instituições privadas foram responsáveis por 29 contratos *Sem Exclusividade*, 18 contratos de *Outras Formas* e 05 contratos *Com Exclusividade*.

Contratos	Públicas	Privadas	Total
Sem Exclusividade	1584	29	1613
Outras Formas	85	18	103
Com Exclusividade	27	5	32
TOTAL	1696	52	1748

Tabela 15 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade
Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia firmados por instituições públicas em 2011, este alcançou o montante de R\$ 206 milhões, prevalecendo a realização de contratos *Sem Exclusividade*, totalizando aproximadamente R\$ 179 milhões. Com relação aos contratos de *Outras Formas*, verificou-se o valor de R\$ 24,8 milhões, já os contratos *Com Exclusividade* chegaram ao valor de R\$ 2,2 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$ 12,5 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Sem Exclusividade* contabilizaram R\$ 7,2 milhões dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Com Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 2,5 milhões e mais de R\$ 2,7 milhões de *Outras Formas*.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$ 218,6 milhões em contratos de tecnologia, sendo que destes, 81,9% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados *Sem Exclusividade*, enquanto que os recursos relativos a contratos *Com Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 1%, *Outras Formas* de contrato representaram 11,4% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Sem Exclusividade* representaram 3,3% do valor total, *Outras Formas* de contratos representaram 1,3%, já os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 1,2% do total, conforme demonstra o Gráfico 13.

Montante dos Contratos de Tecnologia Firmados em 2011

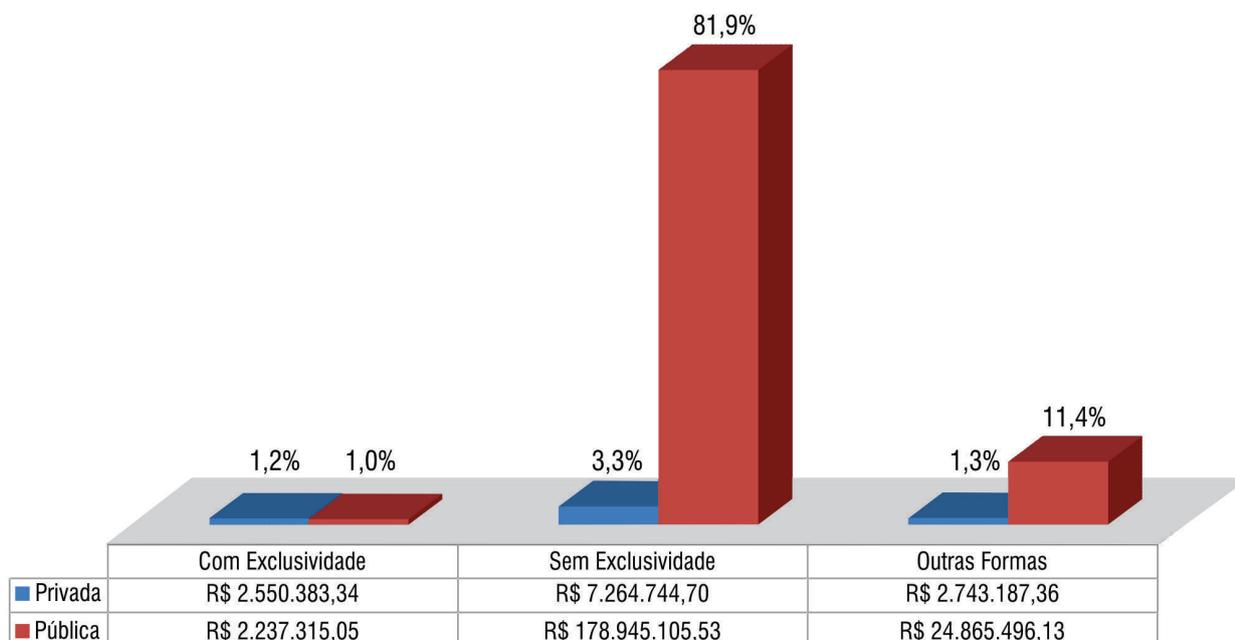


Gráfico 13 – Montante dos contratos de tecnologia firmados em 2011

Fonte: FORMICT/MCTI

6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no Ano Base 2011 e que geraram recursos em 2011 ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2011.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$ 42 milhões de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram R\$ 35,4 milhões de rendimentos.

No referente aos gastos que as instituições tiveram em 2011 com registros e manutenção de proteções de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de R\$ 3,47 milhões e as instituições privadas R\$ 908 mil.

Recursos	Valores(R\$)	
	Público	Privado
Rendimentos no ano percebidos na transferência de tecnologia	41.916.962,85	35.463.477,31
Gastos com registros e manutenção da PI	3.475.853,44	908.393,57

Tabela 16 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2011

Fonte: FORMICT/MCTI

7. Análise Comparativa 2009/2010/2011

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICT nos anos de 2009, 2010 e 2011. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um crescimento do quantitativo de instituições que responderam o formulário, conforme demonstrado no Gráfico 14. No ano base 2011, verificou-se que 176 instituições preencheram o formulário, representando um crescimento de 7,31% em relação ao ano anterior.

Quantitativo de instituições respondentes (ano base)

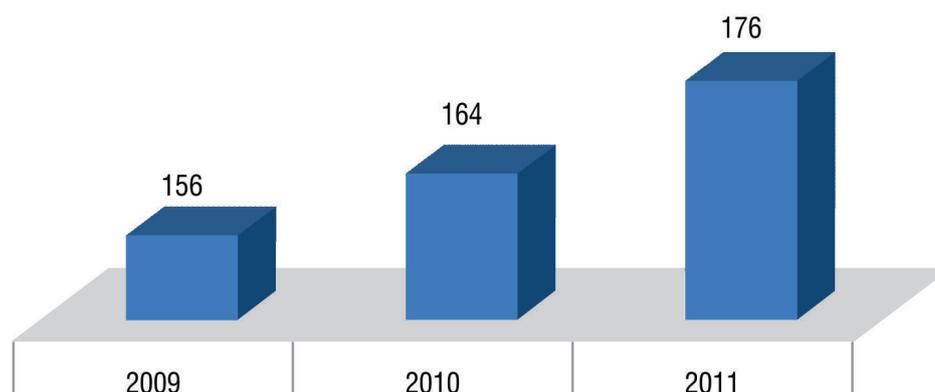


Gráfico 14 – Comparativo do quantitativo de ICT que responderam o FORMICT
Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação à distribuição regional das ICT, em 2011 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a região sudeste foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 37,2% para 39,8%, seguida da região norte que passou de 7,9% para 8,5%, a região sul decresceu 1,7% passando de 25,6% para 23,9%, a região nordeste passou de 21,3% para 20,5%, a região centro-oeste passou de 7,9% para 7,4%.

Distribuição de ICT por Região

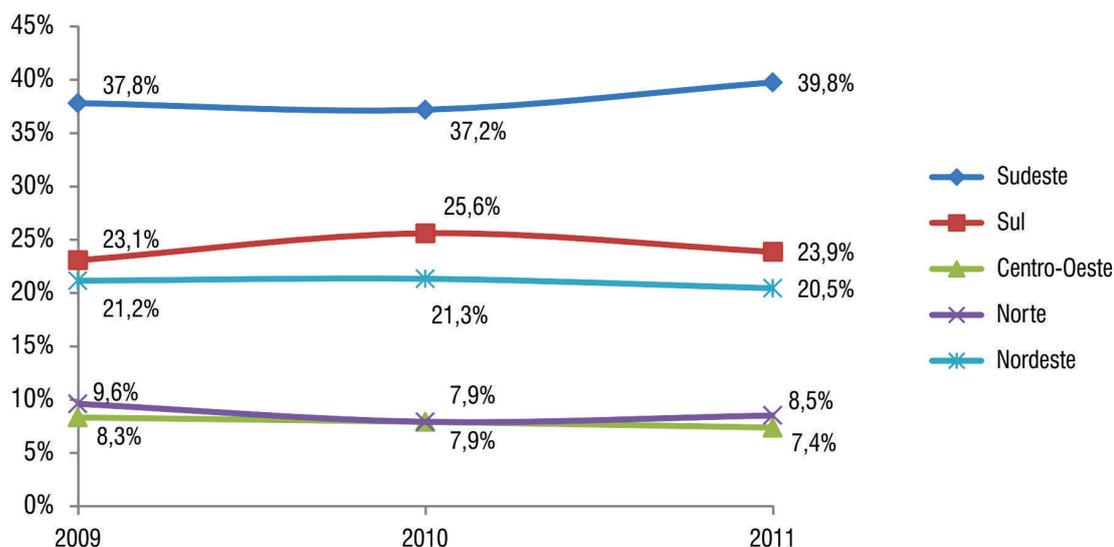


Gráfico 15 – Comparativo da distribuição de ICT por região
 Fonte: FORMICT/MCTI

A implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições vem crescendo a cada ano. Comparando os dados de 2011 com o ano anterior, observou-se um adicional de 22 instituições que informaram que os seus núcleos foram *Implementados*, uma redução de 11 instituições que estavam *Em implementação* do NIT e o adicional de uma instituição que se encontra na situação de NIT *Não Implementado*.

Estágio de Implementação do NIT

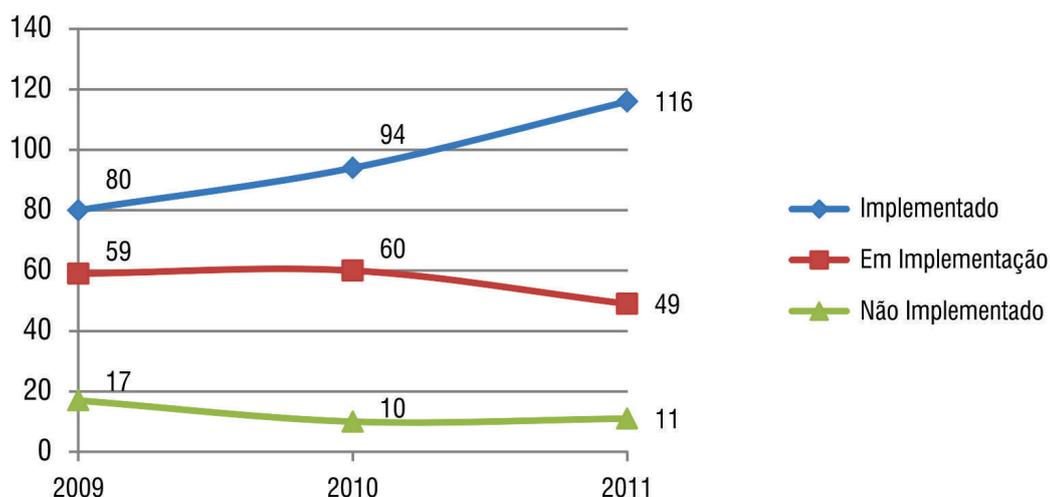


Gráfico 16 – Comparativo do estágio de implementação dos NIT
 Fonte: FORMICT/MCTI

No tocante à implementação da política de inovação, observou-se houve um crescimento de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2010, 65,2% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Já em 2011, este percentual foi de 71,6%.

Implementação da Política de Inovação

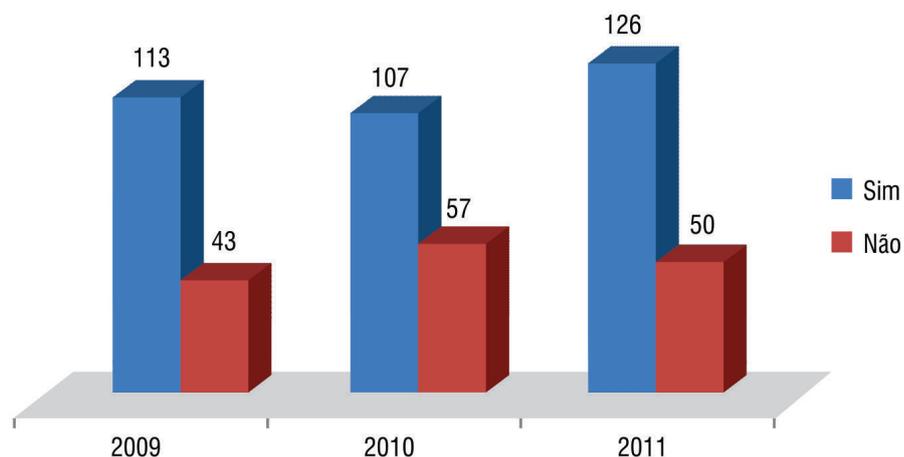


Gráfico 17 – Comparativo da implementação da política de inovação
Fonte: FORMICT/MCTI

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2011 em relação ao ano anterior, observou-se um adicional de 15 instituições que declaram possuir proteções intelectuais.

Possui Pedido de Proteção

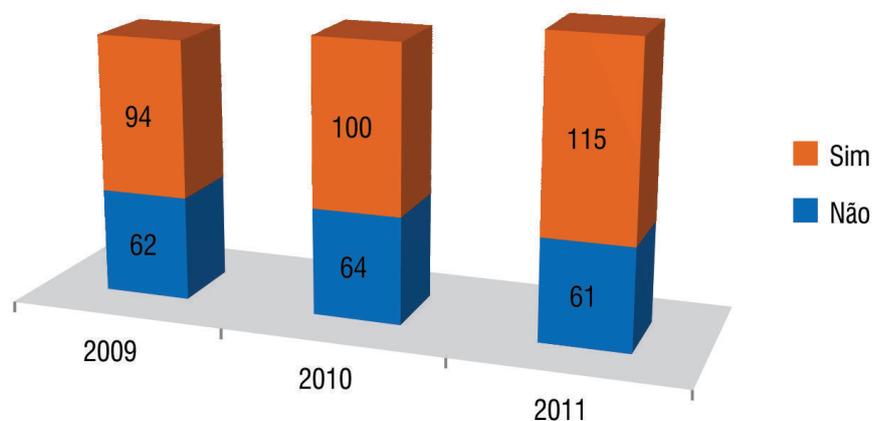


Gráfico 18 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção
Fonte: FORMICT/MCTI

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano base 2011 foram registrados 1595 pedidos requeridos, o que corresponde ao acréscimo de 517 proteções em relação ao ano anterior, registrando a evolução de 48% em relação ao ano anterior. Quando comparado a 2009, verifica-se que houve recuperação da queda dos pedidos requeridos observada em 2010. Com relação aos pedidos concedidos, observou um acréscimo de 39 proteções em 2011, comparando com os dados de 2010.

Pedidos de Proteção

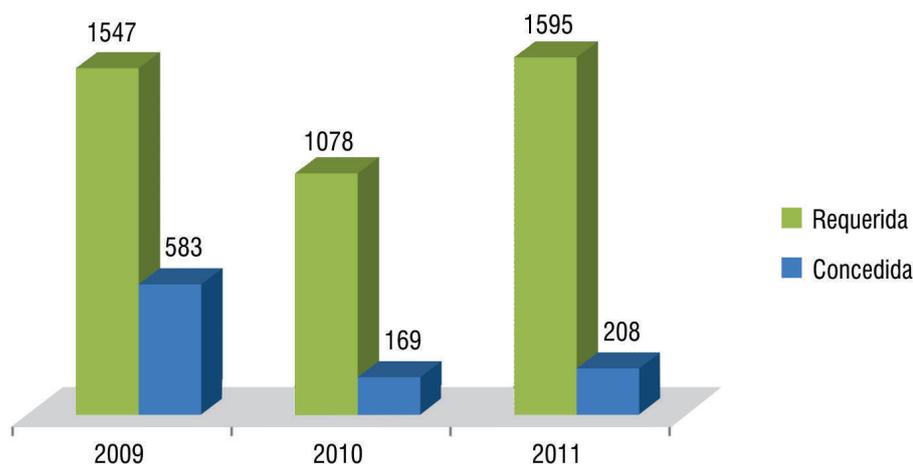


Gráfico 19 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção
Fonte: FORMICT/MCTI

O montante dos contratos de tecnologia tem crescido fortemente no período analisado. Observou-se que o montante de 2011 foi 14,4% superior ao de 2010, correspondendo ao acréscimo de R\$ 27,7 milhões. Nos três anos analisados, os contratos *Com Exclusividade* têm correspondido a um valor muito inferior de recursos quando comparados às modalidades *Sem Exclusividade* e *Outras Formas*.

Montante dos Contratos de Tecnologia R\$ milhões

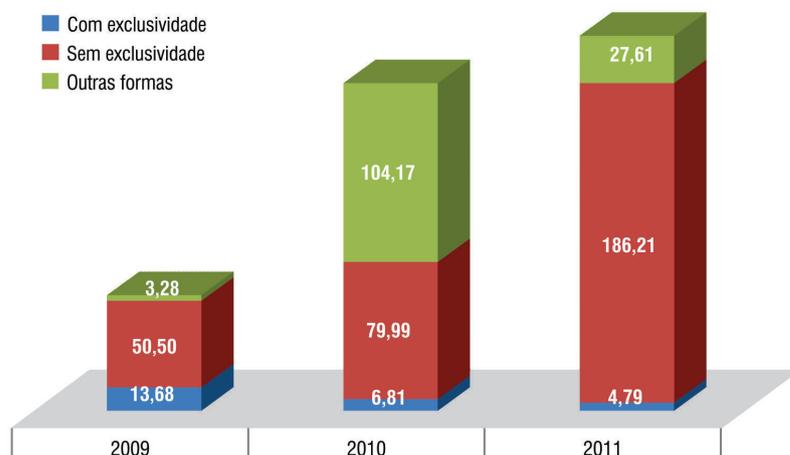


Gráfico 20 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia
Fonte: FORMICT/MCTI

8. Conclusão

A proteção e a comercialização de ativos intangíveis das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) adquiriu força com a edição da Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação), que trouxe o reconhecimento da participação das ICT no processo de inovação e de proteção do conhecimento.

O potencial para a participação das ICT no desenvolvimento de inovações tecnológicas ainda é significativo e são consideráveis os avanços verificados até o momento. Recentemente, as ICT passaram a incorporar conceitos antes restritos ao meio privado e ampliaram os seus horizontes de atuação. As interações entre as ICT e o setor privado também se tornaram mais frequentes e organizadas, com parcerias de médio e longo prazo.

Apesar de apresentar crescimento significativo ano a ano, a implementação e a consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) ainda permanecem como desafios nesse processo. Como estabelece a Lei de Inovação, os NIT devem estar presentes em todas as ICT, mas, em muitas instituições, eles ainda não estão implementados ou necessitam de melhorias estruturais e reconhecimento interno para execução de suas atividades, incluindo a ampliação de recursos humanos para operacionalizar as suas competências.

Pelos dados do relatório também é possível notar que há disparidades marcantes entre as instituições e que nem todas estão familiarizadas com as etapas necessárias para a participação no processo de inovação. É necessário tempo de assimilação para essas mudanças e para que as ICT possam realizar a proteção e a negociação das tecnologias desenvolvidas internamente de forma satisfatória.

Os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT do Brasil (FORMICT) têm sido fundamentais para entender a atuação das ICT no que se refere à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia e formular políticas públicas adequadas.

Lista das Instituições que preencheram o FORMICT ano base 2011

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS	APTA	SP
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	ITEP/OS	PE
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	CBPF	RJ
CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS	CASNAV	RJ
CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA	CHM	RJ
CENTRO DE REPAROS E SUPRIMENTOS ESPECIAIS DO CFN	CrepSupEspCFN	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	CTI	SP
CENTRO DE TECNOLOGIA EM DUTOS	CTDUT	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	CETEM	RJ
CENTRO FED. DE EDUC. TEC. CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	RJ
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO	CTMSP	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	CTEx	RJ
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	CESUPA	PA
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	TO
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	CNEN	RJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL	DCTA	SP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO	DCT	DF
DIRETORIA DE FABRICAÇÃO	DF	RJ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	Embrapa	DF
EPAGRI - EMP.DE PESQ. AGROPEC. E EXT. RURAL DE SC	EPAGRI	SC
FACULDADES CATÓLICAS / PUC-RIO	PUC-Rio	RJ
FLEXTRONICS INSTITUTO DE TECNOLOGIA	FIT	SP
FUND. CENTRO DE ANAL. PESQ. E INOV. TECNOLÓGICA	FUCAPI	AM
FUND. VALE DO TAQUARI DE EDUC. E DESENV. SOCIAL	FUVATES	RS
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG	Fundação Hemominas	MG
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS/CETEC	CETEC	MG
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC	CIENTEC	RS
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	SC
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	FUNED	MG
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	FHEMIG-Inova	MG

FUNDAÇÃO INSTITUTO POLO AVANÇADO DA SAÚDE	FIPASE	SP
FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ	NUTEC	CE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	RJ
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU - PTI BRASIL	PTI	PR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUB	DF
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUA	AM
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	FUnC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Unisul	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	MT
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPeI	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCar	SP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	TO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	SC
FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO	FVE/UNIVAP	SP
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS	HNMD	RJ
INST. FED. DE EDUC., CIÊNCIA E TENOL. CATARINENSE	IFC	SC
INST. FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IF BAIANO	BA
INST. NAC. METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	INMETRO	RJ
INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ	IAPAR	PR
INSTITUTO ÁRVORE DA VIDA	IAV	SP
INSTITUTO BUTANTAN	IBU	SP
INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO	Instituto CENTEC	CE
INSTITUTO DE AÇÃO TECNOLÓGICA	IATdi	SP
INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIR. PAULO MOREIRA	IEAPM	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA	IPqM	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESP	IPT	SP
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ	TECPAR	PR
INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC. DA BAHIA	IFBA	BA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	IFAL	AL
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	IFB	DF
INSTITUTO FED. DE ED. CIÊNCIA E TEC. FARROUPILHA	IFFarroupilha	RS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFSudesteMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ	IFPA	PA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IF-PB	PB
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IF SERTÃO-PE	PE
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	IFG	GO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	IFMT	MS
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IF-SC)	IF-SC	SC
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - IFS	IFS	SE
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ	IFCE	CE
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	IFES	ES
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	MA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	RS
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	MG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRR	RR
INSTITUTO FEDERAL GOIANO	IF Goiano	GO
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS	IFMG	MG
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	RS
INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	IME	RJ
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	INPA	AM
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	INPE	SP
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	INT	RJ
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - NORDESTE	INT/NE - CETENE	PE
INSTITUTO NOKIA DE TECNOLOGIA	INdT	AM
INSTITUTO STELA	IS	SC
INSTITUTO VITAL BRAZIL SA	IVB	RJ
INSTITUTO FED. DE ED. CIÊNCIA E TEC. DO TRIANG. MINEIRO	IFTM	MG
LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA	LNA/MCTI	MG
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS	MAST	RJ
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	MPEG	PA
NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UFTM	NIT UFTM	MG
NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICO - DA UFVJM	NITEC UFVJM	MG
OBSERVATÓRIO NACIONAL	ON	RJ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC-Campinas	SP
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUCPR	PR
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS	PUCRS	RS
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA MB	SecCTM	DF
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	SENAI BA	BA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - RS	SENAI/RS	RS

SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC	SOCIESC	SC
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	SC
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	RS
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	RS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	SP
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	SP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	BA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	MS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	AM
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	PA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	SC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS	UNCISAL	AL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	MA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	UENF	RJ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	RS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	UNESP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	UVA	CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	MT
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	UNIFAL-MG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG	NITT/UFCG	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	RR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	UFSJ	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	SE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	NIT/UFABC	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	MA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSITEC	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	PI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	PA
UNIVERSIDADE FEEVALE	Feevale	RS
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	CE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	RS
UNIVERSIDADE SALVADOR	UNIFACS	BA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	MG

Ministério da
Integração Nacional

Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA